

**Parecer nº 158/98**

Data: 1998.11.25

Processo nº 474

**Requerente:** Hospital de S. Pedro, Vila Real.

**I - O Pedido**

O Hospital de S. Pedro, Vila Real, através da sua Directora Clínica, dirigiu à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) um pedido de parecer sobre a pretensão de Ana Fernanda Moreira Ribeiro Albuquerque de acesso a todo o expediente trocado entre esse Hospital e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) relativo à sua pessoa.

**II - Os Factos**

Tendo o hospital requerente dúvidas quanto ao deferimento desta pretensão, vem requerer à CADA parecer, esclarecendo e documentando que:

- A) Em Maio de 1998 o Reitor da UTAD solicitou relatório clínico da funcionária daquela instituição, Ana Fernanda Moreira Moreira Ribeiro Albuquerque;
- B) Em 4 de Junho de 1998 respondeu à reitoria da UTAD que tal relatório só poderia ser remetido com autorização expressa da mesma Ana Fernanda;
- C) A Reitoria da UTAD não remeteu ao Hospital a autorização expressa solicitada;
- D) Em Setembro de 1998 a funcionária solicitou directamente o relatório, que o Hospital lhe entregou;
- E) Igualmente em Setembro de 1998 o relatório foi enviado ao médico-chefe da Caixa Geral de Aposentações a sua solicitação.

A referida Ana Fernanda Moreira Ribeiro de Albuquerque, em carta enviada a esta Comissão, datada de 1998.11.03, esclarece que nem o Hospital nem a Reitoria da Universidade solicitaram autorização para poderem proceder ao envio dos dados clínicos solicitados pela Caixa Geral de Aposentações.

### **III - Objecto do Parecer**

O direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, consagrado no artigo 268, nº 2, da Constituição da República Portuguesa, com o consequente princípio da Administração Aberta, está regulado na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, com as alterações constantes da Lei nº 8/95, de 29 de Março.

A LADA dispõe no seu artigo 7º, sob a epígrafe “Direito de Acesso”, que “todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo” e esclarece que:

- O direito de acesso aos documentos administrativos compreende não só o direito de obter a sua reprodução, bem como o direito de ser informado sobre a sua existência e conteúdo (nº 3);
- O direito de acesso aos documentos nominativos é reservado à pessoa a quem os dados digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal, nos termos do artigo seguinte (nº 2);

O artigo 8º da identificada Lei, no seu nº 2, regula o acesso aos documentos nominativos de carácter médico e estatui que:

- as informações de carácter médico só são comunicadas ao interessado por intermédio de um médico designado pelo interessado.

- no caso de as informações de carácter médico serem solicitadas por terceiro, este tem de invocar interesse directo e pessoal (nos termos do nº 2 do referido artigo) e fazer-se acompanhar de parecer favorável da CADA, que deverá ser solicitado pelo terceiro que pretenda exercer o direito de acesso.
- o terceiro pode ainda aceder a informações de carácter médico desde que expressamente autorizado pela pessoa a quem os dados se refiram.

Este é o enquadramento legal para aceder a documentos nominativos, com especialidades que se impõem cumprir quanto aos documentos nominativos de carácter médico.

Constitui doutrina assente desta Comissão que documentos que contenham informação sobre saúde devem ser considerados documentos nominativos, por terem informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada (vide artigos 4º, nº 1, alíneas b) e c), e 8º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto – LADA).

E assim sendo, só podem aceder a tais documentos (vide artigos 7º, nº 2, e 8º, nº 3):

- a) as pessoas a quem os dados digam respeito;
- b) terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal, reconhecido por parecer prévio da Comissão.

As informações de carácter médico só são comunicadas ao interessado por intermédio de um médico por si designado (vide nº 2 do artigo 8º da LADA).

Verifica-se, assim, que no caso de informações de carácter médico requeridas pelo próprio existe obrigatoriedade legal da intermediação do exercício do acesso através de médico designado pelo próprio que pretende ter acesso a essas informações. Assim, o Hospital da S. Pedro deveria ter solicitado à Ana Fernanda Moreira Ribeiro Albuquerque, previamente ao envio do relatório clínico por esta

solicitado, que designasse um médico para por seu intermédio desse médico poder aceder ao tipo de informação requerida.

Importa agora esclarecer a situação relativa ao envio do relatório clínico da Ana Fernanda Moreira Ribeiro Albuquerque ao médico chefe da Caixa Geral de Aposentações, em resposta a solicitação directa de tal entidade.

Nos termos da LADA, verifica-se que terceiros podem aceder a documentos nominativos de carácter médico, desde que demonstrem interesse directo e pessoal, reconhecido por parecer favorável da Comissão.

Sendo pacífico para a Comissão que é detentor de interesse directo o terceiro que, através do acesso a documentos, possa obter um benefício imediato, como seja o reconhecimento de direitos ou definição de situações que afectem a sua esfera jurídica. Por outro lado o interesse tem cumulativamente que ser pessoal, no sentido de que as vantagens de que o terceiro venha a beneficiar com o acesso se vão projectar na sua esfera jurídica.

No entanto resulta da exposição efectuada pelo Hospital de S. Pedro que o médico chefe da Caixa Geral de Aposentações solicitou a informação relativa ao relatório clínico de terceiro ao abrigo do artigo 96º do Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de Dezembro (Estatuto da Aposentação), que, sob a epígrafe “Elementos Médicos Complementares”, diz o seguinte:

- “1. Sempre que uma Junta Médica considere necessário a apresentação de radiografias e outros elementos complementares de diagnóstico ou de parecer de médico especialista, poderá a Administração de Caixa Geral de Aposentações requisitá-la aos competentes serviços do Estado que lhes remeterão directamente.
2. Além dos elementos referidos no número anterior a Junta tomará em consideração os exames oficiais a que o interessado tenha sido sujeito, as

informações ou pareceres complementares julgados necessários e os demais elementos constantes de processo, mas o seu parecer é independente de uns e outros.

3. A despesa a que houver lugar com a requisição prevista no nº 1, será satisfeita pelo requerente da aposentação no próprio serviço onde se proceder aos exames, ou por intermédio da caixa, se assim for acordado entre esta e a Direcção do mesmo Serviço.”

Verifica-se, por esta legislação especial, que o médico-chefe da Caixa Geral de Aposentações podia, nessa qualidade e ao abrigo das suas competências, pedir, como pediu, acesso ao relatório clínico de Ana Fernanda Moreira Ribeiro Albuquerque, tendo o Hospital de S. Pedro agido bem ao remetê-lo directamente para a Caixa Geral de Aposentações.

Só no caso de não existirem tais disposições especiais mais favoráveis é que o acesso pretendido cairia no âmbito da LADA (artigos 7º, nº 2, e 8º, nº 3).

Por último, quanto ao pedido efectuado pela Ana Fernanda Moreira Ribeiro de Albuquerque ao Hospital de S. Pedro, no sentido de que este lhe remeta cópia “de todo o expediente trocado entre o Hospital de S. Pedro e a UTAD” relativo à sua pessoa, tais documentos terão que lhe ser facultados, porque contêm dados que dizem respeito à pessoa que os solicita e têm de se considerar administrativos para efeitos da LADA, atenta quer a natureza da entidade que os detém quer até a da que os produziu, não ocorrendo quaisquer circunstâncias que legalmente justifiquem o segredo administrativo.

#### **IV - Conclusão:**

1. As informações de carácter médico requeridas pela pessoa a quem dizem respeito têm de lhe ser transmitidas através de médico por ela designado.

2. No caso de as informações de carácter médico serem solicitadas por terceiro, este tem de invocar interesse directo e pessoal (nos termos do nº 2 do artigo 8º da LADA) e fazer-se acompanhar de parecer favorável da CADA, por ele previamente solicitado.
3. O terceiro pode ainda aceder a informações de carácter médico desde que expressamente autorizado pela pessoa a quem os dados se refiram.
4. As informações de carácter médico (relatórios clínicos de terceiro) requeridas pelo médico chefe da Caixa Geral de Aposentações ao abrigo do artigo 96º do Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de Dezembro (Estatuto da Aposentação) têm de lhe ser remetidas directamente, nos termos dessa disposição legal.
5. O referido expediente trocado entre o Hospital de S. Pedro e a UTAD tem de ser facultado, na parte em que ainda o não tenha sido, à solicitante Ana Fernanda Moreira Ribeiro de Albuquerque, porque contem dados que lhe dizem respeito e têm de se considerar administrativos para efeitos da LADA, atenta quer a natureza da entidade que os detém quer até a da que os produziu, não ocorrendo quaisquer circunstâncias que legalmente justifiquem o segredo administrativo.

Aprovado na sessão da CADA de 25 de Novembro de 1998.

*Castro Martins (Presidente) - José Magalhães - Silva Marques - Narana Coissoró - João Figueiredo - Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Gameiro dos Santos - Branca do Amaral - João Labescat*